

Inquéritos

1 - A proposta de Reforma Curricular do Ensino Secundário altera a carga lectiva dos alunos. O número de horas lectivas semanais dos alunos deve:

- Aumentar
- Diminuir
- Ficar como está

É relativo

O número de horas lectivas deve estar relacionado com as ofertas de formação fora da sala de aula. Se a ideia é libertar os alunos para actividades de formação e de enriquecimento cultural e de vivência social e cívica, estou de acordo com a redução. Se a ideia é diminuir as horas lectivas para dispor de mais tempo para «marrar» para os exames, estou contra. Julgo que o actual ministério está sobretudo a pensar no trabalho para os exames. É pena. A dimensão cultural e educativa é, porventura, o aspecto mais pobre do nosso ensino secundário. Se ainda o empobrecem mais...onde é que isto vai parar?!

Pedro Pinheiro

Ensinar é fora da sala de aula

A massificação do ensino levou a que as escolas sejam hoje frequentadas por todos. Quer dizer por uma total diversidade de alunos, de interesses e de culturas. A aprendizagem escolar aproxima as culturas dos alunos, mas não os igualiza mesmo no final do processo. Quer dizer que cada vez mais se tem de trabalhar nas escolas para cada aluno e cada vez menos para o aluno médio, o aluno idealizado pelo professor ou pelo programa escolar. O espaço turma é um espaço de homogeneidade. É um espaço cada vez mais em desuso. O atendimento individual é cada vez mais necessário. O tempo de ocupação lectiva deve ser cada vez menor. O tempo de trabalho individual e de grupos de interesse deve aumentar. Li a proposta do ME sobre a reforma e as razões para a diminuição não são estas. Isto é, não diminui a carga lectiva por se pensar num outro modo de trabalhar na escola. Diminui a carga lectiva para poupar no número de professores ao serviço. Conclusão é positivo que a proposta vá no sentido de diminuir o peso da carga lectiva. É negativo que a proposta não abra perspectivas de trabalho individual e em grupo dos alunos? projectos individuais e de grupo. É negativo que nada se diga sobre as componentes dos programas que se pensa aprender melhor fora da sala de aula. A minha votação neste inquérito é, sim, mas?

José Paulo

Mais qualidade

Defendo a redução do número de horas lectivas dos alunos. A quantidade é aqui inimiga da qualidade. A cada hora lectiva, corresponde um tempo significativo de estudo individual e de grupo. Defendo que se incentivem os alunos a trabalharem mais fora da sala de aula, nomeadamente ao nível da investigação. Os alunos precisam também de tempo para viver, de tempo para fazerem aquisições culturais e sociais. A proposta do Governo está ainda acima do que seria desejável.

Joana Reis

Melhorar qualitativamente

A qualidade deve sobrepor-se à quantidade, naturalmente. O fundamental é os alunos poderem contar com recursos que potenciem as estratégias curriculares e, concomitantemente, as suas capacidades. O factor material não deve ser menosprezado em benefício de reformas curriculares que no essencial, nada mudam.

Paulo Gonçalves

2 - O número de cursos e de disciplinas à disposição dos alunos do futuro ensino secundário deve:

- Aumentar
- Diminuir
- Ficar como está

É importante diversificar a oferta

É importante diversificar a oferta quer de disciplinas quer de cursos. Os alunos são muito diversificados e com interesses muito variados. Julgo que a diversificação de disciplinas e de cursos pode permitir ajustar melhor o ensino aos interesses e vocações dos alunos. É errado querer forçar o estudante a interessar-se por uma disciplina que nada lhe diz. Tratar com igualdade não é oferecer a todos o mesmo, mas oferecer a cada um segundo os seus interesses e necessidades.

Sou a favor de uma ampla gama de ofertas de formação. Neste aspecto a reforma proposta é negativa.

João Pedro

Qualidade e não quantidade

Não defendo os cursos de banda estreita.

Ao terminar o secundário o aluno não deve sentir-se circunscrito a um determinado posto de trabalho. A formação para um posto de trabalho específico deve ser da responsabilidade dos empregadores.

O aluno, ao terminar o secundário, deve estar preparado para enfrentar várias ofertas de possíveis postos de trabalho (ou de prosseguimento de estudos) e deve estar munido de capacidades que lhe permitam ir fazendo outras escolhas ao longo da vida. Isso passa por obter conhecimentos sólidos de carácter científico-disciplinar, mas sobretudo por adquirir uma sólida formação cultural e educativa. Passa obrigatoriamente por adquirir hábitos de estudo, de trabalho, curiosidade, capacidade crítica, iniciativa, auto-estima?

Estas aquisições podem ser feitas em várias áreas do conhecimento. Não há conhecimento obrigatório (a não ser a língua materna). Julgo que se não deve restringir o campo de escolha dos alunos. Sou por isso a favor da oferta de mais disciplinas e de mais cursos. Julgo, no entanto, que os cursos não devem ser enciclopédicos. Depois de apostar na educação e na cultura do aluno, não se lhe deve exigir quantidade mas qualidade de conhecimentos.

Sara Bernardo

Uma escolha económica

Sem cair na tentação da especialização precoce, julgo que a oferta de cursos e disciplinas deve cobrir os mais variados campos do conhecimento e da cultura.

A Reforma apresentada pelo Governo, pelo menos aparentemente, apresenta um número de cursos sem ser por razões pedagógicas ou imperativo científico, mas por razões económicas. São apenas estes cursos porque mais alguns ficaria mais caro. Não se percebe porque diminuíram o número de cursos. E porque propõem estes e não outros?

Alberto Melo

Reconstruir o currículo

Julgo que é essencial fazer um corte radical com o currículo tradicional. Perante os novos saberes e o novo papel do conhecimento nas sociedades deveria ser pensado de novo todo o campo de estudo a fazer pelos alunos nas diferentes idades. A proposta feita pelo Governo é apenas a continuação do mesmo. Não há TIC que lhes valha.

Pedro

3 - As contribuições do Estado para a Caixa Geral de Aposentações devem ser

equiparadas às dos privados?

- Sim
- Não
- Sem opinião

O Estado não pode ser caloteiro

O Estado deve contribuir para a Caixa como os privados. A Caixa vive da contribuição das entidades empregadoras e dos trabalhadores. Os trabalhadores pagam a mesma percentagem do seu salário quer trabalhem no público ou no sector privado. Sendo assim, não tem sentido que as entidades empregadoras não tenham as mesmas obrigações.

As pensões só poderão ser asseguradas, no futuro, se o Estado não for caloteiro e pagar como pagam os privados. Esta distribuição de responsabilidades poderá inclusivamente permitir baixar, e não aumentar, as contribuições de cada uma das partes.

Paula Seixas

Convergência entre o público e o privado

O Estado é uma entidade patronal como qualquer privado. Os sistemas de reforma não pertencem nem aos privados nem ao Estado. Os sistemas de pensões e de contrapartidas sociais pertencem aos trabalhadores que para eles descontam. A parte descontada pela entidade patronal faz parte da remuneração do trabalhador. Os sistemas de segurança social deviam ser geridos por representantes dos trabalhadores e não pelo Estado. O Estado devia pagar, enquanto entidade patronal, mas não devia meter o nariz na gestão do sistema.

João Santos

4 - A pensão mínima dos pensionistas do regime geral foi actualizada em 7,58 Euros por mês. O Salário Mínimo Nacional foi actualizado em 8,00 Euros por Mês. Estas medidas do Governo são:

- Justas
- Injustas
- Razoáveis

O preço do "aumento"

O valor da actualização salarial dos pensionistas permite comprar, rigorosamente, os seguintes produtos (de baixa qualidade):

1 kg de Maças (1,19€); 1 kg de Pêras (1,49€); 6 Ovos (0,89€); 1 Pasta dentífrica (2,19€); 400 gr Café (1,78). Total = 7,54 Troco = 4 cêntimos.

Comprei estes produtos hoje no Pingo Doce. É claro que a pasta dentífrica era a mais barata que estava no supermercado. O café era também dos da casa e destes, era o mais barato. Se a pessoa comprasse um dentífrico de média qualidade, na mesma loja, como sabem, gastava entre 3 e 4 €.

Esta é a realidade! A actualização feita aos pensionistas é revoltante. Um insulto a qualquer alma por mais velha que seja, ou talvez mais por isso.

E se tivermos em conta a inflação ao longo de 2002? Em que ficamos?

É vergonhoso que o governo fale em esforço de convergência... etc., etc. Convergência? Só se for com a indigência.

As pessoas que nos (des)governam são NOJENTAS.

Sara Abranches

Falta de respeito

Quer a actualização das pensões, quer a actualização do salário mínimo nacional, são miseráveis. Estes valores representam uma enorme falta de respeito para com as pessoas.

A convergência com a União Europeia não pode ser apenas convergência no que respeita ao déficit. É fundamental que haja convergência ao nível do rendimento das pessoas.

Os preços, a inflação, o déficit, as cargas horárias, a precariedade dos vínculos de trabalho... já estão em convergência. E os salários? E as pensões? Só convergem as do pessoal dirigente?

Não houve actualizações

Hoje o Governo aprovou o que chamou "actualização" do salário mínimo nacional. Verdadeiramente não houve actualização. O acréscimo sobre o salário existente foi inferior à inflação efectiva. Isto significa que o salário mínimo continuará desactualizado.

Esta ideia de não trabalhar para a convergência entre o salário mínimo português e a média da União Europeia, mostra como este governo se empenha em perseguir e castigar os mais fracos. Que terão feito eles para merecer tal castigo?

João Melo

Actualização das pensões

"O Conselho de Ministros aprovou ontem uma actualização da pensão mínima do regime geral da Segurança Social ? pensionistas com menos de 15 anos de carreira contributiva ? de quatro por cento, dando início ao primeiro passo de convergência das pensões mínimas ao salário mínimo nacional (SMN)" (Diana Ralha, PÚBLICO, 28 de Novembro, p. 16)

Sou uma das pessoas que em 1998 comprou o livro de estilo do PÚBLICO. Nele se recomenda que os jornalistas distingam informação de opinião e propaganda. Julgo que por distração a jornalista Diana Ralha participa, na notícia de que transcrevo parte, no esforço de propaganda do Governo. De facto a jornalista assume ? não põe na boca do ministro ? a tese de que esta actualização das pensões dá «início ao primeiro passo de convergência das pensões mínimas ao salário mínimo nacional». Pura e descarada propaganda.

É certo que a jornalista não afirma que é o primeiro passo. Diz que a medida dá «início» ao primeiro passo.

Podíamos entender que se inicia a descolagem do calcanhar tendo em vista dar um possível primeiro passo. Ainda assim, e se compararmos o valor desta actualização com o valor das actualizações dos últimos anos, este não é sequer o «início» do primeiro passo ou mesmo a descolagem do calcanhar. Quando muito será um primeiro passo atrás.

Que o Governo diga que não está disponível para tratar com respeito os pensionistas é uma coisa, que os insulte oferecendo-lhes 7,58 euros por mês, e ainda tecendo loas à bondade da medida, é outra coisa. Em qualquer caso é descabida a conclusão da jornalista.

Que diriam os nossos governantes se nós ? os populares simplórios ? fossemos irresponsavelmente mais esbanjadores e lhes déssemos ? a todos os governantes por igual ? um aumento salarial de oito euros por mês? É certo que eles não merecem. É certo que em comparação com o que recebe o pensionista o que eles ganham é um escândalo, mas refiro-me de um gesto magnânimo e irresponsável. Não seria uma boa maneira de lhes dar a oportunidade de, também eles, colaborarem no «esforço nacional» tão necessário ao equilíbrio das nossas contas públicas?

Paulo Serralheiro